



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

JANAINA MARIA DA LUZ

**MILITÂNCIA E RESISTÊNCIA FEMININA EM PERNAMBUCO: O CASO DE  
JULIA SANTIAGO (1947-1964)**

RECIFE

2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**MILITÂNCIA E RESISTÊNCIA FEMININA EM PERNAMBUCO: O CASO DE**  
**JULIA SANTIAGO (1947- 1964)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> MARCÍLIA GAMA DA SILVA

RECIFE

2019

## DEDICATÓRIA

À minha mãe , Maria José , por todo incentivo, preocupação, cuidado e amor ; ao meu pai que mesmo analfabeto eu considero o homem mais inteligente desse mundo; ao meu esposo, companheiro que sempre me ajudou e sempre esteve ao meu lado.

## AGRADECIMENTOS

Pra chegar até aqui só vem em minha mente a letra da música da cantora gospel Shirley Carvalhaes: “tudo sobre mim”. Agradeço em primeiro lugar a Deus pela oportunidade de conhecer pessoas que levarei no meu coração, pessoas que fizeram o meu caminhar, mas leve na Universidade, pessoas essas que nunca me disseram um não e se disseram foi por uma boa causa’.

À minha mãe por ser minha fonte de inspiração e por ter me dado força para eu continuar na graduação. Você mãe é minha base e sem você nada disso teria acontecido, Gratidão para o resto da minha vida.

À minha irmã que teve muitas dificuldades na vida mas sempre me deu apoio, aos meus quatro sobrinhos Tayna, Marcone, Marcos e a fofura da família Isabella.

À minha cunhada Aline pela ajuda e juntamente com meu irmão José Roberto , tem cuidado tão bem da minha mãe, o esforço de vocês um dia Deus recompensará , obrigada por tudo sem vocês esse sonho também não seria possível porque afinal de contas quem iria cuidar da minha mãe na minha ausência ? Gratidão a vocês.

À Cleiton Furtunato e seu irmão Rafael Furtunato, ambos são meus enteados apesar de não ser mãe deles mas amo como se fosse , agradeço a Deus pela vida dessas duas bençãos que chegou em minha vida para sorrir nos momentos difíceis. Pra vocês desejo o melhor dessa vida.

A minha orientadora da Universidade Marcilia Gamas, a senhora professora tem sido um anjo com sua experiência e vontade de ajudar fez esse trabalho ser possível. Serei eternamente grata pelo conhecimento adquirido nesse tempo, e espero que seja minha orientadora em outros projetos, isto é, caso a senhora queira me aturar, obrigada mesmo por tudo.

Ao pessoal da coordenação de História da UFRPE, sempre ajudando quando eu mas precisei, principalmente a você Joyce, sempre atenciosa com todos.

Aos amigos Drielle, Helton Cezário, Camila, Taynara, Jesse, Marcilio e Clovis vocês fizeram toda a diferença na graduação, vocês estiveram sempre comigo dando apoio e aguentando minhas chatices.

Aos professores do curso de História da UFRPE, principalmente meu primeiro orientador do PIBID, Wellington Barbosa, obrigada por tudo professor, a professora Elcia de Torres Bandeira , pelo carinho e por ser uma pessoa tão paciente com os alunos .

# **MILITÂNCIA E RESISTÊNCIA FEMININA EM PERNAMBUCO: O CASO DE JULIA SANTIAGO (1947-1964)**

**Janaina Maria da Luz<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

Este artigo aborda a questão da militância e resistência feminina em Pernambuco, tendo como foco o caso de Julia Santiago com o objetivo de compreender a importância da militância e resistência feminina naquele Estado, a partir da história de Júlia Santiago no sentido de resgatar os direitos de igualdade social e política. Para a realização do estudo utilizou-se os métodos exploratório e descritivo. A metodologia foi a pesquisa bibliográfica em diversas fontes de estudo e o cruzamento dos dados com documentos do acervo DOPS. Os resultados apontam que a resistência e militância feminina no período do regime militar foi marcante; a participação da mulher se fez presente durante o período de resistência, pois, atuaram inclusive na luta armada com igualdade de condições com os homens. Julia Santiago, ativista política, negra e militante do Partido Comunista dedicou sua vida na luta pelos direitos das mulheres operárias, trabalhadores em geral, em especial no que tange à previdência social. Foi perseguida, presa diversas vezes em prol de suas funções sindicais, na luta de classes e do partido comunista. Foi eleita como primeira vereadora da cidade do Recife-PE, sendo a mais votada. Porém, seu mandato foi cassado, junto com outros vereadores também considerados comunistas.

**Palavras-chave:** Militância feminina; Partido Comunista; Pernambuco.

## **MILITANCE AND FEMALE RESISTANCE IN PERNAMBUCO: THE CASE OF JULIA SANTIAGO**

### **ABSTRACT**

This article addresses the issue of female militancy and resistance in Pernambuco, focusing on the case of Julia Santiago with the objective of understanding the importance of feminist militancy and resistance in that State, starting from the history of Júlia Santiago, in order to recover the rights social and political equality. For the accomplishment of the study the exploratory and descriptive methods were used. The methodology was the bibliographical research in several sources of study and the crossing of the data with documents of the DOPS collection.. The results indicate that the resistance and feminist militancy during the period of the military regime was remarkable; the participation of the woman was present during the period of resistance, therefore, they even acted in the armed struggle with equal conditions with the men. Julia Santiago, a black political activist and Communist Party activist, dedicated her life to fighting for the rights of working women, workers in general, especially with regard to social security. She was persecuted, imprisoned several times for her trade union functions, in the class struggle and the communist party. Was elected as the first councilwoman of the city of Recife-PE, being the most voted. However, his mandate was canceled, along with other councilors also considered communists.

**Keywords:** Female militancy; Communist Party; Pernambuco.

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: jana.janaina@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

O estudo aborda aspectos relativos à militância e resistência feminina em Pernambuco, tendo como foco o caso de Júlia Santiago, ativista política, negra, uma das mais importantes representantes do movimento operário e têxtil de Pernambuco, que lutou em prol dos direitos dos trabalhadores, mulheres, sempre reivindicando melhores condições de trabalho, vida e aposentadoria.

O regime da Ditadura Militar adotado no Brasil de 1964-1985 foi implementado com a destituição do Presidente João Goulart (PTB), no qual as Forças Armadas brasileiras assumiram o poder por meio de golpe civil-militar.

A Ditadura militar foi marcada por grandes repressões política, cultural, durante a qual foi retirada da população brasileira qualquer possibilidade de liberdade política. Devido a este caos instalado e como forma de repúdio ao governo da Ditadura, iniciaram diversos movimentos de resistência, criados e motivados por pessoas que visionaram a defesa da democracia e a liberdade de expressão em todos os segmentos sociais.

Uma dessas mulheres foi Julia Santiago da Conceição, comunista, ativista política, operária do setor têxtil localizado na cidade de Recife, Pernambuco, engajou-se na luta e movimento feminista na década de 1940, lutando pelo reconhecimento social e político da mulher, em especial, nos ambientes sindicais e de luta política. Tornou-se operária em 1943, momento em que estava sendo criada a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, lutando pela sua implantação, mais especificamente com relação ao tempo de aposentadoria, que deveria ser diferenciado entre homens e mulheres.

Neste sentido, a problemática da pesquisa foi descobrir quais as principais contribuições da militância feminina em Pernambuco e o papel de Júlia Santiago nessa luta?

No recorte de 1947-1964- porque em 1947, ela é eleita a primeira vereadora do Recife e até 1964 onde começa a Ditadura, Segundo a documentação do DOPS a vereadora recebeu a ordem de fuga, tentou avisar aos comitês do centro do Recife que naquela época era vários espalhados pelos bairros, ela estava inconformada e não aceitava a prisão entretanto, ela não foi torturada nessa época porque o prontuário de permanência sumiu, ela foi sim torturada mas em outra época. O objeto deste estudo busca compreender a importância da militância da resistência feminina em Pernambuco, a partir da trajetória política de Júlia Santiago, em sua batalha por direitos de igualdade social e política para as mulheres, contextualizando no tempo e no espaço num cenário político e social bastante conturbado em que foi possível observar nas páginas e documentos no prontuário individual nº 1811, do

DOPS-PE, pertencente a Júlia Santiago o tom dessa busca por direitos, seja como cidadã, seja como vereadora do Recife, pelo Partido Comunista Brasileiro.

Nesse contexto, falar do Partido Comunista e em que condições específicas da Júlia Santiago e de como ela conseguiu ser eleita para o cargo de vereadora do Recife-PE, num cenário de perseguição contra a legenda, assim como, saber como se deu sua recepção no Partido e como desempenhou seu mandato, nos instiga a aprofundar o conhecimento sobre esse personagem feminino duplamente considerada vitoriosa num cenário hostil e majoritariamente masculino, e apesar das adversidades, saber como conseguiu postular uma vaga no parlamento municipal.

O estudo se justifica pelo ineditismo do tema na historiografia local e por serem tão poucos trabalhos acadêmicos que abordem a militância feminina em Pernambuco e no Brasil e busca Trazer à tona a histórias das mulheres, sobretudo a de Júlia Santiago que concorre a uma vaga de vereadora e todo um histórico de militância de resistência no Estado de Pernambuco, como liderança em movimentos, tanto na área urbana, quanto rural.

E, se pensarmos a época de difícil mobilização, devido ao forte aparato repressor do regime militar, empreendendo a perseguição a homens, mulheres e a sociedade em geral, que se engajaram na luta por mudanças no Brasil, mobilizações tão essenciais para a história do Brasil, mas muitas ações foram silenciadas ou consideradas como subversivas pela estrutura repressiva que se instalou em Pernambuco.

Outro ponto relevante da pesquisa é que o estudo possibilitou o desenvolvimento de outras leituras do acontecido, numa perspectiva permitida pela Terceira Geração dos Annales que trata da Micro História, ou História Fragmento (BURKE,1997). Além do olhar pensado por (DEL PRIORE, 2013) ao narrar sobre a História das Mulheres no Brasil. Este trabalho busca trazer fontes de informações tanto para a academia como para os diferentes públicos, possível, graças ao rico material encontrado no acervo DOPS-PE.

Os métodos utilizados na pesquisa foram o exploratório e descritivo. A natureza qualitativa e técnica a pesquisa bibliográfica que pode ser entendida como

Aquela que responde a questões muito particulares. Não tem a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, não se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças e valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis. (OLIVEIRA, 2001, p.116).

As fontes de consultas foram virtuais e impressas de autores de que defendem a temática inicial proposta. Os dados obtidos foram analisados e demonstrados de forma descritiva.

## **MILITÂNCIA E RESISTÊNCIA FEMININA EM PERNAMBUCO: O CASO DE JULIA SANTIAGO**

Para abordar o tema enveredamos pelas trilhas que levam a condição de resistência e as relações de poder que se estabelecem uma vez que é o fio condutor que leva a compreensão de sentidos sobre o imaginário feminino que a leva a deixar sua condição de mulher, mãe, companheira e do “lar” e enveredar pelos caminhos tortuosos da militância, num partido que ora estava na legalidade ora na clandestinidade. Para isso, vamos nos amparar nos conceitos e ensinamentos deixados por Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês de grande importância para compreender a história e as relações de poder (FOUCAULT, 2000, p. 37) no mundo contemporâneo, para compreender as ideias de revolução, repressão; condutas contrárias á ordem estabelecida, sublevações e múltiplas formas de resistência. As teorias de Foucault enfatizam as relações de poder e saber e como são utilizadas para promover controle social por meio de instituições, serão de grande valia para compreensão do tema.

Foucault entendeu que as formas de resistência e política não podem caminhar juntas com o individualismo ético, pois estão diretamente relacionadas e depende de engajamento político pessoal, intelectual e militante. Dessa forma, “[...] onde há poder ele se exerce, ninguém é seu titular, no entanto ele se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (SILVA, 2019, p. 75 *Apud* Foucault, 1978).

Desta forma, a partir da concepção de poder e relação de forças segundo Maciel Jr. (2014) Foucault desenvolve o conceito de resistência, o qual compreende como terceiro poder da força. Ou seja, “a resistência é a capacidade que a força tem de inserir nas relações não calculadas por estratégias que envolvem o setor político. De resistir a determinado poder, a fim de que haja mudanças”.

Para Maciel Jr (2014) resistir pode ser entendido como “[...] oposto de reagir. Quando reagimos damos a resposta àquilo que o poder quer de nós; mas quando resistimos criamos possibilidades de existência, por meio de forças inéditas, originais.” (p.10). Ou seja, a resistência está relacionada à criação.

Deste modo, para Maciel Jr. (2014, p. 12), a resistência é uma atividade da força que se origina das relações de força relativas ao poder. Assim, a resistência caminha em conjunto com a força do poder, no sentido de intervir, propor mudanças, novas possibilidades de vida, sociedade (MACIEL JR., 2014, p. 16). Neste sentido, pode-se dizer que a resistência e suas lutas são mutáveis e que sempre estão se refazendo, atualizando os poderes. Resistir é criar, ir além das possibilidades, inovar.

## **MILITÂNCIA E RESISTÊNCIA POLÍTICA NA DITADURA MILITAR**

No ano de 1960, o Presidente da República Jânio Quadros é eleito com milhões de votos, sendo João Goulart, ocupante do cargo de Vice-Presidente. Logo em agosto de 1961, Jânio Quadros renúncia, e os ministros impedem a posse de João Goulart, que estava visitando a China. Na oportunidade Leonel Brizola cria uma campanha a favor da posse de Goulart à Presidência. Desta forma, em setembro de 1961 Goulart assume de fato a Presidência do Brasil, aceitando a imposição do parlamentarismo pelos militares. Tancredo Neves foi nomeado primeiro-ministro. Neste mesmo ano foi criada o Centro Popular de Cultura – CPC, aliado a UNE e a Universidade de Brasília – UnB. (MACIEL JR., 2014, p. 02)

Assim, em 1962 teve início o movimento estudantil e as primeiras campanhas reformistas do Brasil. A princípio tiveram maior força nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, posteriormente se disseminou para outras capitais, como Recife-Pernambuco. Depois do Golpe de 1964 houve um período de silenciamento aos movimentos. A perseguição e repressão a grupos militantes era grande. Depois de certo período, as lutas estudantis retomaram o espaço e foram iniciadas ações de resistência, a princípio no cenário educacional, contra reformas propostas pela Ditadura Militar, a extrema repressão policial, política, até meados de 1968, que foi considerado o ano dos estudantes. (NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007, p. 19).

[...] nesse período o governo do Brasil passou a temer os atos radicais desse movimento, principalmente depois do golpe militar de 1964, quando o Presidente Goulart foi retirado do governo por força do golpe. Para tanto, foi implantado o Ato Institucional n. 5, popularmente conhecido com AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, sacralizou o momento em que a ditadura ficou conhecida por sua truculência, passa a ser nomeada como “os anos de chumbo”. (MOTTA, 2018, p. 196 *Apud* Ventura, 1988).

Dentre as inúmeras restrições sociais, o AI-5 retirou garantias individuais e direitos políticos. Houve também, caça aos considerados subversivos, perseguição às idéias, a militância e a luta armada e aos adeptos, sobraram os porões e torturas a todos os que fossem contrários ao governo. (MOTTA, 2018, p. 196 *Apud* VENTURA, 1988).

Todas as idéias, especialmente daqueles que defendiam a liberdade de expressão, de pensamento, de desenvolvimento intelectual, de produção artística, estudantil ou operária foram impedidos e submetidas ao crivo da Segurança Nacional imposta pelo regime. Na década de 1970, houve perseguição a cidadãos, principalmente se estivessem sob a mira da suspeição desconfiança ou da investigação da polícia sendo, portanto, considerados subversivos. Com isto, os movimentos, associações em prol da liberdade e da igualdade tiveram que se recolher, atuar na clandestinidade, pois, as idéias de reconstrução social e política, de transformação de valores e costumes eram repudiadas pelas instituições de segurança, o que levou a esses grupos a agir em sigilo. (NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007, p. 24).

Os revolucionários da época de 1960 a 1970 tinham idade entre 14 e 24 anos. Vivenciaram o mesmo momento histórico e projeto, que consistia em, por meio de diversas práticas de resistência, incluindo a luta armada, vencer o regime militar e instalar a democracia, através da qual seria possível modificar costumes, valores, relações sociais, no sentido de torná-las equitativas. Alguns militantes não participavam da luta armada, embora fosse favorável à ideologia defendida pelo grupo. (ABREU, 1997, p. 33).

As mulheres participavam ativamente da militância política e luta armada dos movimentos de 1960 a 1970 e isto concretizou como ruptura com relação ao gênero. Em suas lutas, constavam as relações de poder entre homem e mulheres, em todos os segmentos da sociedade. (NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007, p. 16).

De acordo com Ridente (1990, p.113) e Sartri (2004, p. 35) a participação feminina nos movimentos de guerrilha foi vista como um processo de emancipação da mulher, uma vez que os grupos destinavam tratamento igualitário, embora soubessem que os problemas específicos não seriam solucionados somente pela participação na linha de frente, mas que a emancipação ocorreria por meio de mudança na estrutura social, uma vez que as questões eminentemente femininas só viriam a ser resolvidas a partir da metade da década de 1970, quando essas mulheres já estavam presas ou no exílio.

Sobre a temática é importante ratificar que,

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura Militar no Brasil, foi visto pelos

integrantes desta mesma luta com um sério desvio pequeno-burguês. (PINTO, 2003, p.45).

Observa-se que os integrantes do movimento em prol do projeto revolucionário de esquerda, tinham como objetivo transformação da realidade do país, então sob o comando do regime autoritário, o militar. Porém, foram impedidos em função da repressão militar, que os rotularam como subversivo-agitadores ou terroristas agindo, portanto, de forma repressiva de 1968 até 1970, aproximadamente.

## **O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB**

O Partido Comunista Brasileiro foi fundado da década de 1922, sendo um dos partidos mais antigos do Brasil. Durante sua trajetória teve que conviver, durante muitas décadas na clandestinidade. Passou inúmeros percalços como perseguição ideológica, disputa com forças de esquerda que surgiram nos anos 80, em especial, com o Partido dos Trabalhadores – PT, e devido à decaída do socialismo real, houve enfraquecimento dos partidos comunistas em todo o mundo (SALES, 2008, P.507).

O PCB defendeu a unidade da nação brasileira e do progressismo, empreendendo toda forma de repúdio ao regime militar, políticas neoliberais, e outras forças contrárias ao desenvolvimento democrático do país. É um partido totalmente integrado à classe operária e do trabalhador, uma vez que visa representar os interesses presentes e futuros desse segmento. O PCB possui legenda relacionada a todas as conquistas do povo brasileiro e foi o primeiro partido a defender os assuntos relacionados à reforma agrária, interesses dos pequenos produtores, direitos sociais e trabalhistas, especialmente relativos a jornadas de trabalhos justas, direito a férias remuneradas, aposentadoria, 13º salário, saúde, educação e outros benefícios dos trabalhadores.

Dentre suas vitórias expressivas, consta a campanha o “Petróleo é Nosso!”, que originou a atual Petrobras –Petróleo Brasileiro S.A. O PCB também atuou no sentido de derrubar o capitalismo e conquistar o socialismo, porque entende que democracia é a melhor forma de governo para as massas trabalhadoras.

O próprio Partido Comunista Brasileiro se descreve da seguinte forma:

O PCB é uma organização de caráter socialista, profundamente nacional, patriótico e anti-imperialista, expressão e continuação da elevada tradição de lutas do povo brasileiro. Por isso ele é também profundamente internacionalista e cultiva a solidariedade ativa entre os trabalhadores e os povos oprimidos que lutam pela sua libertação. (PCB, 2009, p. 01)

A respeito das eleições de Júlia Santiago da Conceição, primeira mulher eleita para o cargo eletivo de vereadora para a Câmara Municipal do Recife em 1947, pelo Partido Social Progressista – PSP há particularidades. Embora eleita pelo PSP, Júlia Santiago tinha sido uma das mais importantes líderes comunistas em Pernambuco, porém, teve os registros políticos cassados quando da proscrição do PCB – Partido Comunista Brasileiro, em maio de 1947. (MIRANDA, 2015, p. 10). Com isto, para continuarem a importante luta social e política se inscreveu no PSP. Júlia Santiago atuou no levante comunista de 1935, empreendendo lutas contra o integralismo que predominou no Estado de Pernambuco.

Na Câmara Municipal do Recife, a vereadora Júlia Santiago realizou inúmeras ações em prol das mulheres, organizando movimentos, com participação popular e voltada à garantia dos direitos das mulheres. Em 1949 foi organizada a I Convenção Nacional das Mulheres, organizada por comunistas como Júlia. Seriam debatidas questões importantes sobre luta pela democracia, mandatos populares, direitos femininos e trabalhistas, combate à prostituição, melhores condições de vida das famílias, políticas de proteção às mulheres das zonas rurais e cumprimento da legislação. (MIRANDA, 2015, P. 102)

Porém, mesmo diante de ações positivas e favoráveis às classes minoritárias, defesa das mulheres e da família, classe operária e dos trabalhadores, Júlia Santiago e os demais vereadores eleitos pelo PSP foram cassados. E, embora tivessem tentado resistir por meio de mandatos de segurança, conseguiram permanecer no poder até 1950, sendo obrigadas a deixar seus cargos no mês de junho, quando tiveram seus mandatos definitivamente cassados. Todos os vereadores, inclusive Júlia Santiago, foram considerados pela justiça subversivos, promotores de confusão, desordens e sob o título de defesa de classes oprimidas, incitam a greve por meio de comícios e eventos públicos. (MIRANDA, 2015, p. 102).

Júlia Santiago foi considerada pela polícia política – DOPS-PE, de acordo com os registros do seu prontuário individual, como uma das lideranças mais importantes pertencentes à classe operária de Pernambuco, e que tinha o apoio de milhares de operários ligados ao Partido Comunista.

### **O CASO JÚLIA SANTIAGO (1947-1969)**

A tentativa de impedir os movimentos instalados, em sua maioria, em locais ermos e de pouco acesso, alguns rurais, não obteve êxito total, uma vez que a oposição dos integrantes de tais movimentos era articulada, seus militantes enfrentavam os desafios propostos, questionavam as ações do governo e da burguesia. Destaque dado às mulheres, que por meio de luta e resistência e de vários documentos produzidos em seu prontuário, dão uma visão de sua importância no contexto político de Pernambuco. Adalgisa Cavalcanti, prontuário n.

5306; Áurea Góes, prontuário n. 10.530; Julia Santiago, prontuário n. 1811 dentre outros marcados pelas agressões propostas pela Secretaria de Segurança do Estado, onde sofreram diversas adversidades, ameaças, distorções, extorsões etc.

Júlia Santiago da Conceição, foco deste estudo nasceu na cidade pernambucana de São Lourenço da Mata, região de Engenho Penedo e veio para a capital aos dez anos de idade. Em sua trajetória profissional trabalhou como tecelã, operária da indústria textual e, posteriormente ativista política, militante.

**Figura 1.** Júlia Santiago Conceição.



**Fonte:** (Adaptado de Alencar, 2011. Disponível em:< <https://vozesdazonanorte.blogspot.com/2011/06/julia-santiago-primeira-mulher.html>> Acesso em: 6 jul. 2019).

Segundo dados obtidos no Diário Oficial do Estado de Pernambuco de n. 181, de 17 de outubro de 2017, Júlia Santiago foi pioneira na luta política pernambucana, tendo sido eleita primeira vereadora mulher do Estado em 1947, a mais votada entre os eleitos, em um momento histórico em que sequer havia cotas para eleições femininas. Júlia Santiago era a única mulher em seis irmãos, de origem simples, pais camponeses, bisneta de negros que inclusive tinham sido escravos. Depois que o pai abandonou a família quando era ainda criança, foi criada pela mãe. Não teve oportunidade de frequentar a escola e, por isso, se alfabetizou sozinha. Trabalhou como atriz de rua, sem poder desempenhar papéis importantes devido ao fato de não saber ler.

Quando sua família se mudou para Recife, trabalhou como empregada doméstica. Depois, forjou documentos para ser contratada em uma fábrica de estopas, e, posteriormente,



**Fonte:** Fundo SSP-DOPS-APEJE: Prontuário Individual nº 1811/3535 “B”  
Data –limite: 11/09/1947 a 11/08/1964.

**Figura 3.** Contra Capa do prontuário de Júlia Santiago

NOME: Júlia Santiago da Conceição  
 Nº DO DOCUMENTO: 1811  
 DATA DO DOCUMENTO: 11/09/1947 a 11/08/1964  
 QUANTIDADE DE DOCUMENTOS: 81 doc.  
 FUNDO SSP Nº: 3535(B)

*Hildo Leal da Rosa*  
 Hildo Leal da Rosa  
 Coordenador do APEJE

Atesto que esta cópia está de acordo com o original depositada nesta hemeroteca Arquivo Público Recife, 24 de 08 de 2005

APEJE Hildo Leal da Rosa

FUNDEC  
 ARQUIVO PÚBLICO  
 RECIFE

**Fonte:** Fundo SSP-DOPS-APEJE: Prontuário Individual nº 1811/3535 “B”  
Data –limite: 11/09/1947 a 11/08/1964

No Prontuário de Julia Santiago constam suas atividades políticas, profissionais etc. Júlia Santiago iniciou sua militância em lutas travadas nas fábricas têxteis desde os dez anos de idade, quando teve que procurar trabalho para sobreviver. Analfabeta àquela época descobriu que o aprendizado político poderia de fato ser uma saída ou até mesmo uma escolha de vida.

Por fazer parte do Partido Comunista do Brasil, de esquerda e opositor ao regime militar e totalitário que predominava no Brasil, em seu prontuário constam inúmeras apreensões, solicitações para prestar declarações em Delegacias de Polícia de Pernambuco e Alagoas. Foi detida diversas vezes, pelo simples fato de pertencer ao Partido Comunista e por ações irrelevantes, como foi o caso que em que fora detida por estar vendendo uma rifa na região central do Recife, por exemplo.

**Figura 4.** Auto de prisão de Júlia Santiago Conceição.

Julia Santiago da Conceição.  
Residente á rua Manoel Moreira nº 178, Cordeiro.

Fresa pelo Investigador nº 178, as 5 e 40 de hoje na praça Joaquim Nabuco, quando procurava passar uma Rifa em benefício do Centro de Defesa do Petróleo, localizado ao Sitio do Beraldo, no Zumbi.

Recife em 13 de Março de 1953.

*Mathusalem Wanderley*  
Mathusalem Wanderley.  
Comissario.

*Do Arquivo  
n.º 13-243  
Mathusalem Wanderley  
Comissario*

Atesto que esta copia está em conformidade com o original depositado nesta delegacia.  
Recife, 14 de 07 de 1953  
APM - B. Wanderley

PUBLICO

**Fonte:** Fundo SSP-DOPS-APEJE: Prontuário Individual nº 1811/3535 “B”  
Data –limite: 11/09/1947 a 11/08/1964

No Prontuário de Júlia Santiago constam todas as reportagens publicadas, nas quais reivindica aumento de salários para as classes operárias, melhores condições de trabalho,

defesa dos direitos das mulheres, antecedentes criminais, fichamentos (com o registro da impressão digital) nas oitivas, e críticas ao governo, políticas de preços, inflação. Constam também comunicados escritos de denúncias onde eram realizadas as reuniões secretas do Partido Comunista.

Assim, Júlia Santiago foi presa diversas vezes, sem receber salário em represália ao ativismo. Era a responsável direta por arrecadar recursos financeiros para os integrantes do Partido Comunista que estavam na clandestinidade. Por isto foi levada inúmeras vezes às delegacias, quartéis para ser interrogada, sem jamais entregar seus companheiros de luta.

Julia Santiago também teve sua vida marcada no Prontuário 1811 devido aos atos de defesa à classe têxtil. Enquanto operária, não se conformava com as políticas de remuneração, condições de trabalho que eram oferecidas para esta classe e buscava reivindicações de melhoria. Por isso, ajudou a fundar o primeiro sindicato da classe têxtil, no sentido de ter mais forças para o atendimento das demandas daqueles trabalhadores.

Júlia Santiago foi uma representante muito atuante das mulheres e do setor sindical na década de 1940. Nesse período o feminismo demonstrava avanço, especialmente com o direito ao voto. Além do mais, as mulheres começaram a ingressar o mercado de trabalho, obtendo liberdade socioeconômica, assim como foram abertos espaços para as lutas sindicais e políticas. (PCB, 2017, p. 01).

Desta forma, por volta de 1943, Julia Santiago ingressa na luta sindical, momento em que estava sendo elaborada a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, contribuindo ativamente para a implantação e no sentido de que a idade ou tempo de aposentadoria das mulheres fosse menor que os homens. (PCB, 2017, p. 01).

Em 1947 foi eleita para o cargo de Vereadora da cidade do Recife-Pernambuco pelo partido PSP- Partido Social Progressista. Como o Partido Comunista, àquela época se efetivava na maioria do tempo na clandestinidade e, com vistas a continuar os projetos e lutas a favor da democracia, Júlia se filiou ao PSP para disputar as eleições, sendo que obteve êxito com o apoio incondicional da classe operária, sua base eleitoral, com o total de 1.163 (mil cento e sessenta e três) votos. (ALENCAR, 2011, p. 01).

Durante do tempo em que esteve frente ao Parlamento, não chegou a editar leis a favor das mulheres, porém, organizou na década de 1960 um congresso feminino, realizado em São Paulo, no qual reivindicavam a diferenciação dos tempos de serviços para homens e mulheres: 30 e 20 anos, respectivamente.

Suas principais lutas são atuais ainda hoje. Propôs aposentadoria diferenciada a homens e mulheres. Morreu em 1989, aos 72 anos de idade, sozinha e em dificuldades financeiras,

porém, deixou importante legado, uma vez que é considerada pioneira na luta contra a exploração burguesa, desigualdade social e de gênero, defesa dos direitos dos trabalhadores, empreendedora de lutas, a partir da não aceitação de atos moldados em injustiça social. Em toda sua vida teve experiências transformadoras voltadas para o despertar da consciência crítica, reflexiva, política, social. Sua atuação era mais do que reconhecida pelos grupos e companheiros de militância, onde colheu frutos importantes em sua trajetória de lutas e batalhas como militante.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo trata sobre a militância e resistência feminina em Pernambuco, tendo como foco o caso de Júlia Santiago com o objetivo de compreender a importância da militância e resistência feminina naquele Estado, a partir da história de Júlia Santiago, no sentido de resgatar os direitos de igualdade social e política.

A respeito da resistência e militância feminina, seja na participação em movimentos, luta armada ou em nome de partidos considerados de esquerda foi muito importante para a história brasileira, no sentido que contribuíram denunciando atos desumanos que afetaram os direitos humanos, de forma se demonstraram atores de destaque no cenário político. A participação das mulheres no combate ao regime militar tinha como propósito defender o bem coletivo, e para tanto, passaram a questionar seus papéis na sociedade e começar a assumir posições na política, em especial integrando organizações de esquerda.

No decorrer deste estudo foi possível perceber que o DOPS foi uma extensão do regime militar, com o propósito de reprimir ações de grupos, movimentos, associações de partidos de esquerda, a maioria clandestina, considerada como inimigos do regime militar. O DOPS tinha caráter punitivo, fazia fichas das pessoas presas que integrava os prontuários a fim de identificação, tendo como prioridade investigação de instituições ou grupos sociais.

Julia Santiago foi uma das personagens desta época de extrema repressão. Nascida no interior do Estado de Pernambuco, de família humilde, sem escolarização teve grandes dificuldades na vida. Em sua trajetória profissional consta o trabalho como doméstica e depois como operária em uma fábrica têxtil. Negra, excluída das classes sociais, a partir do ingresso no trabalho como operária e, vivenciando as desigualdades, exploração de mão de obra a que, principalmente as trabalhadoras mulheres eram submetidas, aos poucos passou a defender tais direitos.

A realização deste estudo foi fundamental para colocar os conhecimentos teóricos na prática. Por se tratar de assunto complexo, com poucas fontes de consulta disponíveis, merece ser explorado em outras oportunidades.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. Quando eles eram jovens revolucionários. In H. Viana (Ed.), **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ALENCAR, Jânio Odon de. **Vozes da zona norte**. 2011. Disponível em:<<https://vozesdazonanorte.blogspot.com/2011/06/julia-santiago-primeira-mulher.html>> Acesso em: 06/07/2019.

AQUINO, Joabson Melo Silva de; BRITO, Paulo Afonso Barbosa de; LIMA, Afonso Carlos Pereira. **Participação sociopolítica da juventude pernambucana no período da ditadura militar**. 2012. Disponível em:<<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-43.pdf>> Acesso em: 03 de julho de 2019.

BANDEIRA, Andréa. Mulheres e Militâncias: A feminina nos espaços políticos de resistência à ditadura político-militar (Recife, 1964 -1974) In **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277646745\\_ARQUIVO\\_MulhereseMilitanciasAndreaBandeiraFazendoGenero2010.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277646745_ARQUIVO_MulhereseMilitanciasAndreaBandeiraFazendoGenero2010.pdf). Acesso em: 17/07/2019.

BANDEIRA, Andréa. **Mulheres e resistências: uma abordagem de gênero sobre o período militar** (Pernambuco, 1964-1979). Disponível em:<<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaishistoria.pdf>> Acesso em: 03/07/2019

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. **Dops**. Nov. 2017. Disponível em:<<https://www.infoescola.com/historia/dops/>> Acesso em: 06/07/2019.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e Conversas de mulher**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

DOPS-APEJE. **Prontuário Individual nº 1811/3535 “B”**. Data –limite: 11/09/1947 a 11/08/1964.

Editor, O. (2014). Linha do tempo da resistência à ditadura militar no Brasil (1960-1985). *Estudos Avançados*, 28(80), 153-184. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79690>. Acesso em: 16/07/2019.

MACIEL JR, Auterives. Resistência e prática de si em Foucault In **Trivium – Estudos Preliminares**. Rio de Janeiro: jan/jun de 2014. Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-48912014000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000100002)> Acesso em: 03/07/2019.

MIRANDA, Luiz Augusto Ferreira. **Os comunistas progressistas do Recife: vivências e lutas políticas em tempos de Guerra Fria (1947-1950)**. Tese (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em:<<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16831/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Luiz%20Augusto%20Ferreira%20Miranda.pdf>> Acesso em: 16/07/2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 15. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>> Acesso em 8 jul. 2019.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários, *Interamerican Journal of Psychology*, v.41 n.3 Porto Alegre dez. 2007. Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902007000300011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300011)> Acesso em: 03/07/2019.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projeto de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PCdoB. Partido Comunista do Brasil. **Júlia Santiago: comunista, ativista política e operária da luta**, novembro. 2017. Disponível em:<<https://pcdob.org.br/noticias/julia-santiago-comunista-ativista-politica-e-operaria-da-luta/>> Acesso em: 3 jul. 2019.

PERNAMBUCO. **Requerimento n. 3.995, de 19 de outubro de 2017**. Diário Oficial do Estado, ano XCIV, n. 181-11, 2017. Disponível em:<<http://www.alepe.pe.gov.br/Flip/pubs/diario-oficial-2017-10-17/flip.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Prontuários do Arquivo do Departamento de Operações da Polícia Secreta de Pernambuco** (SSP/DOPS/APEJE). Disponível em:<<http://www.alepe.pe.gov.br/Flip/pubs/diario-oficial-2017-10-17/flip.pdf>> Acesso em: 05/07/2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: (Ed) Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. **Tempo Social**, v.2 (2), p. 113-128, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84806/>, Acesso em 07/07/2019.

SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 507-528 – 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n56/12.pdf>> Acesso em: 5 jul. 2019.

SARTI, C.A. **O feminismo brasileiro desde os anos de 1970**: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, v. 12(2), p. 35-50, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>. Acesso em: 09/07/2019.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **A resistência inventiva das mulheres charuteiras**. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaishistoria.pdf>> Acesso em: 3 jul. 2019.

VENTURA, Z. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

## Políticas de Seção

### *Regras Gerais*

- 1)** Os textos, excetuando-se os da secção outras histórias, devem ser submetidos pelo sistema online em arquivos de documento Word (97-2003) e uma cópia enviada para o e-mail da revista.
- 2)** Os textos devem obedecer a um padrão textual coeso e estrutural obedecendo à ordem de introdução, desenvolvimento e conclusão, a fim de explicitar adequadamente os objetivos do texto ora proposto
- 3)** Tamanho do papel: A4
- 4)** Margens: Esquerda e superior: 3cm; Direita e inferior: 2cm;
- 5)** Alinhamento: justificado;
- 6)** Fonte do texto: Times New Roman, tamanho 12;
- 7)** Espaço entre linhas: 1,5;
- 8)** Recuo de parágrafo: 2 cm à margem esquerda;
- 9)** As imagens utilizadas devem ser inseridas no corpo do texto, contendo as referências necessárias (legenda explicativa e fonte - autor, acervo, data, nome da publicação), inseridas logo abaixo da imagem em fonte de corpo 10, espaço simples e centralizado. A permissão para a publicação das imagens é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- 10)** Citações de até 3 linhas: devem vir inseridas no texto entre aspas e seguidas pelas devidas referências;
- 11)** Citações com mais de 3 linhas: devem vir destacadas do corpo de texto com a fonte Times New Roman, corpo 10, espaço simples, justificado, recuo de 4 cm da margem esquerda;
- 12)** As notas de rodapé devem resumir as notas explicativas, ordenadas sequencialmente em números arábicos e obedecendo à seguinte formatação: fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas simples e alinhamento justificado.

**13)** A reprodução direta ou indireta de informações expressas por outros autores (citações) deve obedecer ao sistema autor-data, seguindo as normas da ABNT.

a) ex.: (PESAVENTO, 2001, p. 130).

**14)** As referências bibliográficas deverão estar ao final do texto e de acordo com a padronização ABNT: